

## Repositório ISCTE-IUL

---

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2024-07-10

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Ramalho, N. (2023). Trabalho sexual, travestilidade e vulnerabilidades: Um olhar sobre a realidade portuguesa. In Marco José de Oliveira Duarte, Bruna Andrade Irineu, Guilherme Silva de Almeida, Valdenízia Bento Peixoto, Sabrina Pereira Paiva (Ed.), *Sexualidades & serviço social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais*. (pp. 248-258). Juiz de Fora/MG: UFJF.

Further information on publisher's website:

<https://www2.ufjf.br/editora/wp-content/uploads/sites/113/2023/05/SEXUALIDADES-SERVI%C3%87O-SOCIAL-1.pdf>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Ramalho, N. (2023). Trabalho sexual, travestilidade e vulnerabilidades: Um olhar sobre a realidade portuguesa. In Marco José de Oliveira Duarte, Bruna Andrade Irineu, Guilherme Silva de Almeida, Valdenízia Bento Peixoto, Sabrina Pereira Paiva (Ed.), *Sexualidades & serviço social: Perspectivas críticas, interseccionais e profissionais*. (pp. 248-258). Juiz de Fora/MG: UFJF.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

---

### Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

---

## Trabalho sexual, travestilidade e vulnerabilidades: Um olhar sobre realidade portuguesa

Nélson Ramalho<sup>1</sup>

**Resumo:** Em Portugal, o fenómeno da prostituição *travesti* não tem sido alvo de interesse científico, razão pela qual se procurou, ao longo de cinco anos, imergir no seu “mundo”. Os resultados obtidos com a pesquisa instam as políticas públicas a adotarem medidas que permitam conceder visibilidade à população *travesti* e eliminar a opressão de género e sexual que lhe está associada.

**Palavras-Chave:** *Travestis*, Trabalho Sexual, Vulnerabilidades, Portugal.

### Introdução

As *travestis* trabalhadoras do sexo são um dos grupos mais incompreendidos da sociedade portuguesa.<sup>2</sup> O interesse em investigá-las partiu de um conjunto de razões de ordem **profissional** (ligadas à minha experiência prévia de intervenção comunitária com trabalhadorxs do sexo), **social** (pela constatação destas serem socialmente percecionadas como “aberrações da natureza”, “promíscuas” ou “perigosas”, com consequências na promoção de comportamentos transfóbicos, na incitação ao ódio e na constituição de um clima de violência que as impulsionava para territórios periféricos, marginais e ligados ao submundo) e **científica** (pela existência de um limitado conhecimento sobre elas).

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Doutor em Serviço Social, Professor no Instituto de Serviço Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa, Portugal), Pesquisador no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa – IUL, Portugal. Email: nelson.ramalho@ulusofona.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9152-750X>

<sup>2</sup> *Travesti* é uma categoria identitária que abarca uma diversidade de pessoas a quem foi atribuído o sexo masculino à nascença, mas que exprimem, em diferentes graus, o género feminino. Embora, gramaticalmente, esta categoria seja um substantivo masculino (*o travesti*), nas práticas linguísticas dos sujeitos investigados há uma manifesta subversão a esta e outras normas gramaticais, fazendo uso frequente da palavra *travesti* (assim como de pronomes, adjetivos e substantivos) no feminino para se auto identificarem e referirem a si mesmos. Isto ocorre não só porque dentro dos contextos prostitucionais é exigido que se apresentem com uma estética feminina, como também porque, alguns sujeitos, se constroem corporalmente “como mulheres” e assim desejam ser tratados. Por esta razão, neste trabalho, será designada *as travestis* (e não *os travestis*) a fim de respeitar a sua identidade e o modo de se auto representarem.

Na generalidade, o tema da prostituição tem permitido o surgimento de um complexo debate sobre a sexualidade, o corpo, o género e a violência, primordialmente dentro do pensamento feminista (SLOAN; WAHAB, 2000; SUTHERLAND, 2004). Porém, este debate não só tem sido dominado por um paradigma moral, cujas vozes dxs trabalhadores do sexo estão sub-representadxs (WEITZER, 2009), como as *travestis* não têm sido problematizadas da mesma forma, e com a mesma intensidade, que as relações de poder e género na análise das mulheres – o centro das teorias feministas e, conseqüentemente, das próprias políticas públicas. Em resultado, o conhecimento científico nacional e internacional sobre o trabalho sexual tem vindo a incidir, maioritariamente, sobre atores do sexo feminino (sobretudo dos contextos de rua), prestando menor atenção aos restantes sujeitos da indústria do sexo, nomeadamente homens e *travestis* (OLIVEIRA, 2018), resultando numa distorção do conhecimento sobre a indústria mundial do sexo (WEITZER, 2009).

Além disso, as pessoas trans assumem, em Portugal, uma condição de invisibilidade não só dentro do próprio movimento Lésbico, Gay, Bissexual e Transgénero (LGBT) (NOGUEIRA; OLIVEIRA, 2010) como também dentro da academia, em especial, nas ciências sociais, cuja produção científica é marcadamente incipiente (SALEIRO, 2009, 2013). Embora, nos últimos anos, se tenha observado o desenvolvimento de alguns estudos sobre o fenómeno trans (MOLEIRO; PINTO, 2012, 2015; PINTO, 2014; RODRIGUES, 2016; RODRIGUES; CARNEIRO; NOGUEIRA, 2013; SALEIRO, 2009, 2013), as *travestis* continuam a ser alvo de pouco interesse científico. Em 2011, quando se deu início à pesquisa (RAMALHO, 2019), poucas eram as investigações que, até então, se tinham debruçado sobre elas (BERNARDO *et al.*, 1997; DIAS *et al.*, 2011; DUARTE; CLEMENTE, 1982; JAYME, 2001). Ainda que marcassem presença assídua nas ruas, nas páginas de internet e nos classificados dos jornais diários, as *travestis* trabalhadoras do sexo não eram abordadas, comentadas e analisadas, razão porque se mantinham praticamente desconhecidas. Os poucos estudos existentes apontavam, porém, que possuíam uma saúde precária, sobretudo por razões do VIH/Sida, e eram alvo de crimes e experiências de vitimação, que, combinados, resultavam em

isolamento e exclusão social. Deste modo, a carência de estudos e a necessidade de colocar na agenda política das ciências sociais, e em particular do serviço social, a produção de conhecimento sobre um grupo de pessoas marcadamente invisível, foram razões para dar início à pesquisa, possibilitando a tomada de medidas que lhes garantisse alguma proteção.

Partindo do entendimento que todos os indivíduos se constroem de acordo com as interações sociais estabelecidas e as possibilidades (ou impossibilidades) que delas vão surgindo dentro dos contextos específicos em que se encontram inseridos (AMÂNCIO, 2000; DUBAR, 1997), as minhas interrogações iniciais levaram-me a crer que as experiências sociais que as *travestis* haviam tido no passado, bem como as condições materiais, emocionais, familiares e culturais que lhes estavam acessíveis, teriam contribuído para determinar a sua identidade. O «*virar travesti*» – expressão utilizada por elas para designarem o seu processo de “oscilação” e/ou “migração” de género (EKINS; KING, 2006) – teria sido a materialização da possibilidade de existência dentro dos sistemas sociais que partilhavam, ou seja, teria sido o “lugar” no qual se puderam ontologicamente constituir e afirmar como pessoas. Neste sentido, pretendi, num **primeiro objetivo**, compreender não só em que consistia a identidade *travesti*, como a partir de quê e como ela teria sido produzida. Que mecanismos sociais teriam sido acionados para que iniciassem processos de travestilidade em detrimento de outros (p. ex. ser *gay* efeminado, *drag*, transformista, transexual)? Como se teria elaborado a construção identitária até se reconhecerem *travestis*? Para compreender as suas subjetividades necessitei de desvendar o modo como as trajetórias de vida tinham contribuído para essa construção pessoal e identificar as “forças sociais” (BAXTER; BRAITHWAITE; NICHOLSON, 1999) que, em certo momento, transformaram positiva ou negativamente o curso da sua vida.

Porém, um estudo sobre o «*virar travesti*» conduzia-me à necessidade de compreender e interpretar as relações entre as trajetórias de vida, o género e o trabalho sexual. Em que medida estariam interligadas? Como se cruzavam? Desejava saber de que forma o trabalho sexual poderia constituir-se (ou não) um elemento facilitador na construção do “ser *travesti*”. Todas estes

questionamentos levaram-me a formular um **segundo objetivo** centrado na necessidade de conhecer os espaços de trabalho sexual nos quais se encontravam integradas. Para tal, precisei de dominar as suas linguagens, entender as características, práticas, dinâmicas e particularidades que organizavam a sua ação profissional para compreender como se revestia a sua identidade. Com base no conhecimento das histórias de vida e do trabalho sexual, pretendi, num **terceiro objetivo**, identificar as experiências de risco, vulnerabilidade e vitimação que se encontravam sujeitas e que as mantinham segregadas, em condições de invisibilidade e exclusão social.

## **Metodologia**

Para materializar os objetivos traçados procedi a uma imersão na vida *travesti*, através do contacto direto e o desenvolvimento de relações de confiança, resultantes de uma presença prolongada nos contextos prostitucionais em que se moviam. Para tal foi necessário “viver dentro” dos seus ambientes, misturar-me com elas e tentar-me pôr “na sua pele” (VELHO, 1987). A **etnografia** mostrou ser o método que melhor se adequava aos objetivos pela grande relevância no estudo de fenómenos sociais ocultos, clandestinos, secretos, desviantes ou incompreendidos. Através das suas lógicas de ação, a etnografia consegue descrever situações, ambientes, pessoas, discursos e interpretar a “cultura” de determinados contextos. Ao captar a experiência social por via da perspetiva interna (*inside knowledge*) consegue compreendê-la muito melhor que qualquer outro método (BURGESS, 2001, p. 86).

Todavia, as diminutas relações que, até então, havia estabelecido com o mundo da prostituição *travesti* originaram dificuldades em aceder ao seu meio. Onde poderia eu encontrá-las? Como poderia aproxima-me delas? Por onde começar a etnografia? Estas e outras questões interpelaram-me, causando algum sentimento de angústia. Mas por via do estabelecimento de contactos informais acabei por ter conhecimento do Projeto “Trans-Porta” da Associação para o Planeamento da Família, que tinha como objetivo a promoção da saúde das *travestis* trabalhadoras do sexo. A equipa do projeto intervinha nos contextos

onde esta população exercia a sua atividade, através de “brigadas de rua”, realizadas em período noturno, fornecendo materiais para a redução dos riscos associados à prática do trabalho sexual. Sabendo que a integração nesta equipa estava dependente, em larga medida, de autorização institucional, tentei expor o conteúdo da minha pesquisa, deixando claro que não pretendia fazer das *travestis* um objeto “exótico”, mas observar as suas interações, complementadas por entrevistas, para tentar compreender, a partir de “dentro”, as suas identidades, a natureza das relações sociais, as violências sofridas e os motivos da sua rejeição social.

A ação do Projeto “Trans-Porta” centrava-se, sobretudo, na zona do “Conde Redondo”, pertencente às freguesias de Arroios e Santo António, sendo este considerado, na Grande Lisboa, o local de maior expressão de prostituição de rua *travesti*. O «*Conde*» – designação pela qual era conhecido – impôs-se-me como a minha **unidade socioterritorial de pesquisa** onde iniciei e desenvolvi a maior parte das atividades de recolha de dados, constituindo-se como o *locus* da etnografia.

Ao contrário de outros estudos etnográficos cuja abordagem é composta por uma observação contínua no território, implicando muitas vezes a vivência do investigador nesse espaço, a minha observação realizou-se de forma interrompida (CEFAÏ, 2013). Como a entrada no terreno estava dependente do Projeto “Trans-Porta”, as observações estavam sujeitas ao horário das “brigadas de rua”, realizadas quinzenalmente. Face aos objetivos, considerei ser insuficiente a estadia no «*Conde*» duas vezes por mês, uma média mensal de 12 horas de observações. Para conhecer as *travestis*, imergir nas suas atividades e ganhar a sua confiança eu tinha de “gastar tempo” (WHYTE, 2005, p. 295) com elas. Por esta razão, prolonguei a estadia no terreno por mais tempo do que inicialmente tinha previsto, acabando por dedicar **cinco anos** da minha vida a investigar a experiência *travesti*, o que correspondeu a um total temporal de 720 horas de observações. A amplitude da pesquisa fez dela uma **macroetnografia** (STREUBERT; CARPENTER, 2002).

Para o seu desenvolvimento procedi a uma “operação metodológica combinada”, que envolveu a articulação de diferentes técnicas e instrumentos: a

recolha de informação documental; a realização de entrevistas exploratórias a especialistas; a observação participante e não participante em diferentes atividades e espaços – alguns “virtuais” (p.ex. páginas de internet e redes sociais) e outros “físicos” (p.ex. rua, cafés, bares e discotecas, saunas e espaços domésticos) – a aplicação de grelhas de observação; a constituição de notas de campo; o estabelecimento de conversas informais com vários atores do território prostitucional; bem como a realização de entrevistas informais e semiestruturadas a *travestis* e outros intervenientes-chave, nomeadamente clientes, namorados e assistentes sociais.

Ao total foram realizadas 21 entrevistas em profundidade a *travestis* trabalhadoras do sexo, com foco no **método biográfico** (HARRISON, 2008) por forma a permitir a reconstrução das suas trajetórias familiares, sociolaborais, migratórias, afetivas, sexuais, entre outras, dado estarem em estreita relação com o seu processo de construção pessoal e identitária. A sua seleção baseou-se em critérios de **amostragem de casos múltiplos por homogeneização** (Pires, 1997) e a **diversidade interna** do grupo foi garantida através de uma seleção em função: (i) da idade; (ii) da nacionalidade; (iii) da escolaridade; (iv) do tempo de exercício do trabalho sexual e (v) da “modalidade” de expressão de género.

Após a transcrição das entrevistas deparei-me com um acervo de 653 páginas de dados brutos. Para os analisar, procedi, numa primeira etapa, a uma escuta das gravações de forma a identificar eventuais lacunas de transcrição e, posteriormente, a uma leitura atenta a cada entrevista, o que me conduziu a um conhecimento da totalidade do discurso e à identificação dos vários factos que constituíram os “pontos de viragem” no curso das suas trajetórias, assim como as causas a eles atribuídos. Esta ação revelou-se como um primeiro esforço de análise e interpretação. Posteriormente, as entrevistas foram submetidas a técnicas de **análise de conteúdo** (BARDIN, 2013), auxiliadas pelo *software* MAXQDA, para reduzir a complexidade dos dados e introduzir uma ordem no material que, até então, se encontrava desorganizado. Por fim, com a formulação de sucessivas inferências fui atribuindo sentido aos discursos e construindo indutivamente um paradigma **compreensivo, explicativo e interpretativo** da

“cultura” das *travestis* trabalhadoras do sexo, em Portugal, cujos resultados foram apresentados em cinco capítulos: (i) Narrativas de rejeição: A história de uma expulsão; (ii) O «*Conde*»: Um território aberto ao mercado do sexo; (iii) O corpo na construção e afirmação das identidades *travestis*; (iv) Vidas precárias: vulnerabilidades, violências e discriminações; e (v) Redes de suporte social e solidariedade.

## **Resultados**

### **Trajetórias de vida e “forças sociais” condicionadoras da travestilidade**

Da análise das trajetórias de vida, constatou-se que a travestilidade estava intimamente relacionada com a condição de classe, tendo sido forjada em contextos socialmente vulneráveis. Em crianças, os comportamentos gendrados percebidos como “desajustados” eram fortemente reprovados pelos familiares, professores e outros educadores que, a fim de promoverem uma conformação às normas sociais de género, estabeleciam reações de intensa ostracização e violência, disciplinando os seus corpos por via de pedagogias autoritárias. A família, a escola e a comunidade local eram, por isso, vistos pelas *travestis* como lugares inseguros, opressivos, incapazes de lidar com a diversidade de género, pelo que a fuga/expulsão destes espaços em idade bastante jovem foi, para muitas, uma realidade. A autonomização dos contextos de origem e consequente integração em espaços de divertimento noturno (ligados particularmente ao espetáculo *transformista*), permitiu-lhes, no entanto, estabelecer sociabilidade com outras pessoas, cujas experiências de rejeição eram semelhantes às suas, e, desse modo, se aproximarem do “mundo *travesti*”.

### **O trabalho sexual com elemento facilitador da experiência identitária**

Diante das dificuldades económicas decorrentes do processo de autonomização, a entrada nos territórios prostitucionais tornou-se facilitada pela participação nas novas redes afetivas, onde algumas *travestis* mais experientes

no trabalho sexual se disponibilizaram a ajudar as novatas a «*descer na rua*». Nas interações quotidianas, o habitus cultural do grupo *travesti* foi sendo adquirido e assimilado por estas, possibilitando o acesso a uma identidade coletiva, partilhada por vários sujeitos. Através do estreitamento dos laços de solidariedade (que funcionavam, por vezes, como “famílias alternativas”), a identificação com o “mundo *travesti*” favoreceu a renegociação da sua identidade e uma maior conformidade com as expressões de género existentes no seio do grupo, pelo que a prostituição acabou por funcionar como um importante agente onde se aprendeu a “ser *travesti*”. Essa identidade estava ligada à construção de uma aparência feminina. No esquema conceptual do grupo, quem concebesse uma feminilidade permanente a partir de hormonas, silicone ou cirurgias estéticas, tinha um status maior do que quem construísse uma feminilidade temporária, por via de perucas e esponjas. Deste modo, as primeiras eram reconhecidas como «*verdadeiras travestis*» e as segundas «*gay montadas*». Pese embora esta diferenciação identitária, o universo *travesti* era bastante heterogéneo. Contrariamente a certos estudos que tendem a retratar a identidade *travesti* como uniforme, reduzindo-a a um determinado “perfil”, reiterando visões “essencialistas”, foi observada a existência de múltiplas experiências identitárias e corporais, algumas bastante fluidas. O seu reconhecimento e identificação foi, talvez, um dos contributos mais importantes, permitindo conferir inteligibilidade social a sujeitos invisibilizados por concepções limitadoras do que é “ser *travesti*”.

### **Vulnerabilidades, violências e discriminações**

As *travestis* tinham a possibilidade de, na prostituição, serem admiradas e desejadas por muitos homens, o que contribuía para produzirem sentimentos de valorização, que aliados a aspetos simbólicos da obtenção do dinheiro com a venda dos serviços sexuais, fazia com que elas se mantivessem na atividade. O trabalho sexual era, em certa medida, fonte de realização pessoal, contudo, expunha-as a inúmeras e intensas experiências de vulnerabilidade. O facto de serem impedidas de frequentar certas pensões e estabelecimentos comerciais ligados à indústria do sexo presentes no «*Conde*», a alternativa que restava,

especialmente a quem não residia nas redondezas, era prostituir-se em carros, vãos de escada ou espaços residenciais velhos e degradados, cuja qualidade era bastante diminuta. Esta **precarização das condições laborais** impactava diretamente na sua saúde, condicionando o exercício de práticas sexuais protegidas e favorecendo uma elevada exposição ao VIH/Sida. Ao nível da segurança pessoal, estavam sujeitas a uma diversidade de violências. Desde logo confrontavam-se, no seio do grupo, com uma territorialização dos «*pontos*» de prostituição, sofrendo ameaças e intimidações por parte de algumas colegas. Fora do grupo, deparavam-se com insultos verbais, roubos, agressões físicas, sequestros, violações e, inclusive, tentativas de homicídio. Esta **vitimação** raramente era denunciada às autoridades policiais por descrédito no sistema de justiça, pelo que as *travestis* partilhavam um forte sentimento de “desproteção”.

Para além dos contextos de trabalho sexual as experiências de vulnerabilidade eram também diversas, razão pela qual as *travestis* procediam a uma **apropriação limitada do espaço público** por receio de se exporem aos olhares e comportamentos discriminatórios. As suas relações sociais e atividades quotidianas estavam, assim, restritas a uma espacialidade e temporalidade específica, centrada fundamentalmente nos territórios de prostituição e nos contextos noturnos.

Em termos **habitacionais** eram obrigadas a viver confinadas em pensões ou quartos de casa dada a dificuldade em arrendar uma habitação. No **mercado de emprego**, as oportunidades eram diminutas porque a maioria das entidades empregadoras recusava a entrada de *travestis* nas suas organizações. No domínio da **saúde**, tendiam a apresentar um bem-estar físico e psicológico deficitário, afetado negativamente pelas inúmeras dificuldades em aceder aos serviços. Era-lhes vedada a possibilidade de aceder a tratamentos seguros e adequados para modificar o corpo por não reproduzirem o discurso clínico da transexualidade, o que as levava a ter de recorrer ao consumo de substâncias hormonais e à aplicação de injeções caseiras de silicone industrial, realizadas em condições precárias e sem supervisão médica, mesmo sabendo dos enormes riscos (alguns irreversíveis) que essas práticas poderiam provocar.

Diante destas inúmeras vulnerabilidades, as frágeis **redes sociais** que dispunham, tinham dificuldade em assegurar-lhes o suporte e proteção que necessitavam. Eram raros os familiares que se implicavam na gestão dos seus problemas. A maioria, quando não as rejeitava ou mantinha relacionamentos distanciados, estabelecia com elas relações de dependência material. Ainda que as interações no «*Conde*» favorecessem a interajuda e minimizassem os efeitos dos constrangimentos societários, eram escassas as «amizades verdadeiras». Por essa razão certas *travestis* experienciavam situações de isolamento e solidão. No **domínio institucional**, os serviços sociais não estavam sensíveis para lidar com as questões da identidade de género e as associações LGBT apresentavam um distanciamento físico e discursivo da sua realidade social e, como tal, as reivindicações sociopolíticas por elas apresentadas não tinham em conta muitas das dificuldades vividas por esta população.

## **Conclusões e Recomendações**

Ao ter abordado um tema inovador no panorama das ciências sociais, em Portugal, e em particular, no serviço social, estou consciente que ficaram por responder muitas questões relacionadas com os processos de envelhecimento, os públicos clientelares, as experiências de reclusão em estabelecimento prisionais, entre outros aspetos. Contudo, estou confiante que a concretização desta investigação conseguiu preencher lacunas no conhecimento científico, trazendo ganhos importantes não só para a problematização do género e da sexualidade nas sociedades contemporâneas, como também para a “desocultação” e visibilidade de um grupo social que, ao longo dos anos, permaneceu esquecido e negligenciado na agenda investigativa dos cientistas sociais. O primeiro passo já foi dado: conhecer o fenómeno das *travestis* trabalhadoras do sexo em Portugal. Através de uma análise compreensiva da sua realidade acredito que dispomos, hoje, de informação capaz de ajudar a delinear programas, serviços e políticas que respondam aos interesses, especificidades e vulnerabilidades sentidas por esta população.

No processo de transferência de conhecimento para a prática (RUCKDESCHEL; CHAMBON, 2010), os resultados desta pesquisa constituem-se um caminho fértil para desafiar os serviços sociais a adotarem *práticas anti-discriminatórias* e *anti-opressivas*. Estas práticas – potencialmente “transformadoras” da realidade social – ao estarem comprometidas com a implementação de princípios de igualdade e justiça social (DOMINELLI, 1998), tornam-se inseparáveis de um posicionamento ideológico sociopolítico (BAINES, 2007), pelo que, como propostas de ação, espera-se que os assistentes sociais desenvolvam esforços que ajudem: (i) na reconfiguração do sistema de género; (ii) na reivindicação de políticas públicas; e (iii) na promoção de práticas e serviços profissionais afirmativos que atendam competentemente as necessidades das pessoas com expressões e identidades de género não normativas, assegurando os seus direitos humanos.

## Referências bibliográficas

- AMÂNCIO, L. Identidade social e relações intergrupais. *In*: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. **Psicologia social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. p. 387-409.
- BAINES, D. **Doing anti-oppressive practice: Building transformative politicized social work**. Black Point, Nova Scotia: Fernwood Publishing, 2007. 224 p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 2013. 288 p.
- BAXTER, L.; BRAITHWAITE, D.; NICHOLSON, J. Turning points in the development of blended families. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 16, n. 3, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0265407599163002>. Acesso em: 14 ago. 2021.
- BERNARDO, J., *et al.* The portuguese transgender community: An unknown reality. *In*: XII WORLD AIDS CONFERENCE - “BRIDGING THE GAP”, 1997, Genebra. **Anais** [...] Genebra, 1997. Disponível em [http://tgeu.net/PubAr/Documents/GrouPro/p\\_ATrans\\_Genebra.pdf](http://tgeu.net/PubAr/Documents/GrouPro/p_ATrans_Genebra.pdf). Acesso em: 14 ago. 2021.
- BURGESS, R. **A pesquisa de terreno: Uma introdução**. Oeiras: Celta Editora, 2001. 262 p.
- CEFAÍ, D. Qué es la etnografía? Debates contemporáneos. Arraigamientos, operaciones y experiencias del trabajo de campo. **Persona y Sociedad**, v. 27, n. 1, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11565/pys.v27i1.34>. Acesso em: 14 ago. 2021.

DIAS, S., *et al.* **Relatório comunitário: Estudo com trabalhadores do sexo.** Lisboa: GAT, Coordenação Nacional para Infeção VIH/Sida, Alto Comissariado da Saúde & Instituto de Higiene e Medicina Tropical, 2011.

DOMINELLI, L. Anti-oppressive practice in context. *In*: ADAMS, R.;

DOMINELLI, L.; PAYNE, M. **Social work: Themes, issues and critical debates.** Londres: Macmillan Press, 1998. p. 3-22.

DUARTE, A.; CLEMENTE, H. **Prostituição masculina em Lisboa.** 3. ed. Lisboa: Contra-Relógio, 1982. 182 p.

DUBAR, C. **A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais.** Porto: Porto Editora, 1997. 370 p.

EKINS, R.; KING, D. **The transgender phenomenon.** Londres: Sage, 2006. 280 p.

HARRISON, B. (org.). **Life story research (vol. 1).** Londres: Sage, 2008.

JAYME, J. **Travestis, transformistas, drag-queens, transexuais: Personagens e máscaras no cotidiano de Belo Horizonte e Lisboa.** 2001. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOLEIRO, C.; PINTO, N. As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes. **Psicologia**, v. XXVI, n. 1, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v26i1.266>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MOLEIRO, C.; PINTO, N. Sexual orientation and gender identity: Review of concepts, controversies and their relation to psychopathology classification systems. **Frontiers in Psychology**, v. 6, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2015.01511>. Acesso em: 14 ago. 2021.

NOGUEIRA, C.; OLIVEIRA, J. M. (org.). **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género.** Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2010.

OLIVEIRA, A. Same work, different oppression: Stigma and its consequences for male and transgender sex workers in Portugal. **International Journal of Iberian Studies**, v. 31, n. 1, 2018. Disponível em: [https://doi.org/10.1386/ijis.31.1.11\\_1](https://doi.org/10.1386/ijis.31.1.11_1). Acesso em: 14 ago. 2021.

PINTO, N. **Experiencing and representing transsexuality: Developmental trajectories of, and social representations on, transsexual people.** 2014. Tese (Doutorado em Psicologia) - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014.

PIRES, A. **Échantillonnage et recherche qualitative: Essai théorique et méthodologique.** Saguenay, 1997.

RAMALHO, N. **'Virar travesti': Trajetórias de vida, prostituição e vulnerabilidades.** 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2019.

RODRIGUES, L. **Viagens trans(Género) em Portugal e no Brasil: Uma aproximação psicológica feminista crítica.** 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2016.

RODRIGUES, L.; CARNEIRO, N.; NOGUEIRA, C. Contributos da psicologia social crítica e dos direitos humanos para a abordagem das transexualidades. *In*: MAGALHÃES, S.; ALVAREZ, T. **Romper as fronteiras: A**

**interseccionalidade nas questões de género e feministas.** Vila Franca de Xira: Associação Portuguesa de Estudos sobre Mulheres, 2013. p. 49-60.

RUCKDESCHEL, R.; CHAMBON, A. The uses of social work research. *In*: SHAW, I.; BRIAR-LAWSON, K.; ORME, J.; RUCKDESCHEL, R. **The SAGE handbook of social work research** Londres: Sage, 2010. p. 195-210.

SALEIRO, S. Transexualidade e transgénero em Portugal: Dois “vazios” em debate. X CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2009, Braga. **Anais** [...] Braga, 2009. p. 84-90. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/xconglab/ficheiros/Volume04.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2021.

SALEIRO, S. **Trans géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género.** 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

SLOAN, L.; WAHAB, S. Feminist voices on sex work: Implications for social work. **Affilia**, v. 15, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/088610990001500402>. Acesso em: 14 ago. 2021.

STREUBERT, H.; CARPENTER, D. **Investigação qualitativa em enfermagem: Avançando o imperativo humanista.** Loures: Lusociência, 2002. 500 p.

SUTHERLAND, K. Work, sex, and sex-work: Competing feminist discourses on the international sex trade. **Osgoode Hall Journal**, v. 42, 2004. Disponível em: <https://digitalcommons.osgoode.yorku.ca/ohlj/vol42/iss1/4/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

VELHO, G. **Individualismo e cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987. 152 p.

WEITZER, R. Sociology of sex work. **Annual Review of Sociology**, v. 35, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-070308-120025>. Acesso em: 14 ago. 2021.

WHYTE, W. **Sociedade de esquina. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 497 p.